

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 377.541 - SC (2013/0247451-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER E OUTRO(S) - PR007919
AGRAVADO : JOANA BERTOTTI BERLANDA E OUTRO
ADVOGADO : FABRÍCIO MARINHO E OUTRO(S) - SC010108

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por CAIXA SEGURADORA S/A contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ-SC), que inadmitiu o recurso especial.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento manejado por CAIXA SEGURADORA S/A contra decisão proferida nos autos da ação de obrigação promovida por JOANA BERTOTTI BERLANDA e VITOR BERLANDA.

O eg. TJ-SC, contudo, negou provimento ao referido agravo, nos termos do v. acórdão assim ementado (fl. 57):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - SEGURO ADJETO A CONTRATO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL - PRETENDIDA QUITAÇÃO DO SALDO DEVEDOR ATRAVÉS DA COBERTURA PELA SUPERVENIENTE INVALIDEZ PERMANENTE - ALEGADA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 206, § 1º, INC. II, DO CC/2002 - IMPOSSIBILIDADE - VÍNCULO OBRIGACIONAL AINDA VIGENTE - PRESCRIÇÃO AFASTADA - APLICAÇÃO DO CDC - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA CABÍVEL NA ESPÉCIE - ORDEM DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS, TODAVIA, REVOGADA - PRETENSA APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTES DE QUITAÇÃO DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL QUE DEVEM ESTAR EM PODER DO AGENTE FINANCEIRO - INSUFICIÊNCIA CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão às fls. 80/89).

Inconformada, CAIXA SEGURADORA S/A interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, violação do art. 178, § 6º, inciso II, do CC/1916; e do art. 206, inciso II, do CC/02.

Superior Tribunal de Justiça

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 188/189.

Irresignada, CAIXA SEGURADORA S/A manejou o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Não foi apresentada contraminuta (certidão de fl. 190).

É o relatório. Decido.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

A irresignação merece prosperar.

No apelo nobre que pretende trânsito, a recorrente invoca a violação do art. 178, § 6º, inciso II, do CC/1916; e do art. 206, inciso II, do CC/02, ao argumento de que a pretensão dos recorridos estaria prescrita, pois os segurados possuem o prazo de 1 (um) ano, a partir da ciência inequívoca da invalidez permanente, para pleitear a cobertura securitária.

O eg. TJ-SC, por seu turno, afastou a prejudicial de mérito por entender que o caso se submeteria ao disposto no art. 20 do Decreto-Lei n.º 73/66. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fls. 60/66):

"Inicialmente cumpre registrar que, em se tratando do prazo aplicável às ações de co rança de responsabilidade securitária, remansosa é a jurisprudência no sentido de se afastar a incidência do art. 27 da lei consumerista, aplicando aos casos análogos o preconizado no art. 206, § 1º, inc.

II, 'b", do Código Civil de 2002, que assim disciplina:

(...)

Desta forma, embora não se olvide a subordinação das relações securitárias ao Código de Defesa do Consumidor, a demanda não se amolda aos termos previstos pelo art. 27 da lei n.º 8.078/90, que trata da reparação de danos por fato do produto ou serviço.

Pacificando o entendimento sobre a matéria, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 101, apontando que 'a ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano'.

Assim, definido o prazo prescricional aplicável à quaestio, impõe-se averiguar a sua implementação - ou não -

destacando-se, neste sentido, que em 02/06/1999, os agravados Joana Bertotti Berlanda e Vitor Berlanda firmaram Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Terreno e Mútuo para construção (fls. 15/35 - Anexo 1), obtendo da CEF - Caixa Econômica Federal a concessão de financiamento imobiliário.

(...)

Sob esta ótica, infere-se que, em 10/07/2007, em razão da sua aposentadoria por invalidez permanente (fl. 70 - Anexo 1), o segurado Vitor Berlanda promoveu Aviso de Sinistro (fls. 66/71 - Anexo 1) buscando administrativamente a concessão da indenização pactuada, com a quitação do respectivo contrato de financiamento, não logrando êxito no intento, visto que, em 09/08/2007, a Caixa Seguradora S/A. externou negativa nos seguintes termos:

(...)

Pois bem.

No que diz respeito ao início do prazo anual, a Súmula nº 278 do Superior Tribunal de Justiça preconiza que "o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laborar.

No caso em questão, a invalidez permanente de Vitor Berlanda e de Joana Bertotti Berlanda restou configurada, respectivamente, em 01/05/2004 (fl. 41 - Anexo 1) e em 01/12/2004 (fl. 40 - Anexo 1), de modo que o prazo de que os segurados dispunham para o ajuizamento da demanda iniciou em 2004, findando em 2005.

Assim, por terem formalizado o Aviso de Sinistro somente em 10/07/2007 - com o ajuizamento da demanda apenas em 07/07/2008 (fl. 09 - Anexo 1) -, entendi ter restado bem evidenciada a prescrição do direito de ação.

(...)

Contudo, consoante já referido no relatório, esta Quarta Câmara de Direito Civil decidiu, por maioria de votos, afastar a alegada prescrição, prevalecendo o entendimento de que a manutenção do vínculo obrigacional entre os oponentes garante ao segurado o direito de ação, impedindo, pois, o reconhecimento da prescrição.

Da leitura minudente do v. acórdão estadual, verifica-se que a pretensão dos recorridos encontra-se prescrita. Isso porque, conforme entendimento deste Sodalício, nos seguros habitacionais, incide o prazo de prescricional de 1 (um) ano, cujo termo inicial é a ciência inequívoca pelo segurado da incapacidade laboral - Súmula n. 278/STJ.

Corroboram essa conclusão os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SFH. INVALIDEZ PERMANENTE. MUTUÁRIO. SEGURO. COBERTURA. PRESCRIÇÃO. PRAZO DE UM ANO. RECURSO PROVIDO.

1. A questão da legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. A Segunda Seção desta Corte decidiu que é de um ano o prazo prescricional das ações do segurado/mutuário contra a seguradora, nas quais se busca a cobertura de sinistro relacionado a contrato de mútuo firmado no âmbito do SFH (REsp 1272518/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2015, DJe 30/06/2015).

2. O cômputo do prazo anual começa a correr da data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral (Súmula nº 278/STJ), permanecendo suspenso entre a comunicação do sinistro e a data da recusa do pagamento da indenização (Súmula nº 229/STJ) (AgRg nos EDcl no REsp 1507380/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 18/09/2015).

3. No caso, decorrido mais de um ano entre a concessão da aposentadoria e a comunicação do sinistro, declara-se a prescrição.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1367497/AL, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 06/04/2017, g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL. MUTUÁRIO. INVALIDEZ PERMANENTE. SEGURO. PRESCRIÇÃO ANUAL. TERMO INICIAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA.

1. Na hipótese de contrato de mútuo habitacional firmado no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), é anual o prazo prescricional da pretensão do mutuário/segurado para fins de recebimento de indenização relativa ao seguro habitacional obrigatório. Precedentes.

2. O termo inicial do prazo prescricional anual, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral (Súmula nº 278/STJ), permanecendo suspenso entre a comunicação do sinistro e a data da recusa do pagamento da indenização (Súmula nº 229/STJ). Precedentes.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1507380/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em

08/09/2015, DJe 18/09/2015, g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FINANCIAMENTO HABITACIONAL. SEGURO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL DO PRAZO. DATA EM QUE O SEGURADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INVALIDEZ PERMANENTE. SÚMULA 278/STJ.

1. É de um ano o prazo para o exercício da pretensão de cobrança da indenização contratada no seguro obrigatório habitacional.

Precedentes.

2. 'O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral' (Súmula 278/STJ).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 579.630/PR, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 09/12/2014, g.n.)

No caso em apreço, consta no v. acórdão estadual que a **ciência inequívoca da invalidez permanente pelos segurados**, ora recorridos, ocorreu em **01/05/2004** quanto a Vitor Berlanda e no dia **01/12/2004** em relação a Joana Bertotti Berlanda. Ocorre que **a seguradora**, ora recorrente, **somente foi interpelada** após o prazo de 1 (um) ano - **em 10/07/2007**.

Assim, verifica-se que o v. acórdão estadual contraria a jurisprudência deste Sodalício, devendo-se considerar prescrita a pretensão dos autos de obter cobertura securitária.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial para decretar a prescrição da pretensão dos autores.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator